

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NA PARAÍBA NA ÉPOCA DA TRANSIÇÃO PARA DEMOCRACIA (1974-1985)

Paulo Giovani Antonino Nunes;
Talita Hanna Cabral Nascimento;
Suelly Cinthya Costa dos Santos.

INTRODUÇÃO

A transição brasileira para a democracia foi bastante longa. Começou no final de 1973, com a decisão do presidente militar, general Ernesto Geisel, e outros militares que se identificavam com o antigo Presidente Castelo Branco, entre eles, o general Golbery do Couto e Silva, de dar início à liberalização gradual do regime e só terminou com o início do governo civil do Presidente José Sarney em 1985.

A “política de distensão”, promovida pelo governo Geisel, foi um programa de medidas liberalizantes, cuidadosamente controladas, e definido no contexto do “slogan” oficial de “continuidade sem imobilidade”. A “continuidade” era vista no sentido de que se deveria manter fiel às linhas mestras do modelo econômico de desenvolvimento adotado e aos preceitos teóricos da Doutrina de Segurança Nacional, preservando, assim, os principais aspectos do aparato repressivo. Quanto à tese da “sem imobilidade” referia-se ao plano governamental de reformas que pretendia ser um passo à frente na liberalização progressiva, para uma volta à democracia.

Dando prosseguimento à política de “distensão” iniciada no governo Geisel, o seu substituto João Batista de Figueiredo adotou a política de “abertura”. O seu governo ampliou a política de liberalização, porém permaneceu dentro dos parâmetros da “democracia forte” estabelecida por Geisel. Tanto a política de “distensão” com a de “abertura” compreendia uma série de fases de liberalização, planejadas e controladas pelos estrategistas políticos do Regime Militar. Foi aberto um espaço político suficiente para conter a oposição de elite, na esperança de se obter maior estabilidade e apoio ao Regime, ao mesmo tempo, que era limitada a participação de setores da população que pudessem fazer uma oposição de caráter classista ao regime. Dessa forma, grupos ligados aos movimentos sociais de trabalhadores e camponeses enfrentaram repressão, enquanto grupos que não eram considerados suficientemente organizados para configurar antagonismo ou pressão puderam reorganizar-se e participar das decisões governamentais (ALVES, 1989, p.225).

Este trabalho pretende analisar a atuação política, social e cultural da sociedade civil paraibana – Igreja, partidos políticos, sindicatos, associações de classe, movimentos sociais, etc. – na época da transição para a democracia no Brasil, com o objetivo de verificar a importância da mesma para a redemocratização do país. Também iremos observar a forma como o Estado, a nível federal, estadual e municipal reage ao desempenho da sociedade civil no território paraibano.

Um trabalho que se coloca no campo da história política exige uma discussão das novas perspectivas da história política presentes na historiografia. Ao mesmo tempo, um trabalho no campo da história, de um tema tão recente, nos leva, inevitavelmente, a uma discussão sobre as análises do papel da história presente.

A história política tradicional sempre tratou da pequena elite política, seja dos reis nas monarquias do Antigo Regime, ou, posteriormente, dos líderes das revoluções que os derrubaram.

A história política tradicional, factual e dando ênfase à política institucional, nasce com os gregos, tem continuidade com os eclesiásticos e escribas leigos da Idade Média, com uma certa diferença no enfoque. Mesmo a historiografia humanista renascentista não introduz modificações sensíveis nessa tradicional orientação política da história, porém, iniciou duas tendências fundamentais: a da crítica erudita das fontes e a eliminação das lendas, milagres, “fantasias”, em busca dos fatos verdadeiros ou, pelo menos, verossímeis. (FALCON, 1997, p. 62-63).

De meados do século XVIII ao terceiro quartel do XIX, dois grandes movimentos, a Ilustração e o Romantismo, acentuaram ainda mais a importância do político na história:

A promoção do Estado à condição de 'objeto por excelência da produção histórica' significou a hegemonia da história política. Daí porque, no século XIX, poder é sempre poder do Estado - instituições, aparelhos, dirigentes; os 'acontecimentos' são sempre eventos políticos, pois são estes os temas nobres e dignos de atenção dos historiadores. (FALCON, 1997, p. 65)

A partir de 1870, uma historiografia imbuída de valores científicos, habitualmente denominada de escola metódica ou positivista, levou a supremacia da história política - narrativa, factual, linear - ao seu apogeu nos meios acadêmicos.

O declínio da história política tradicional começa a partir de 1929/30, com sua condenação pela recém-fundada *Escola dos Annales*, e por outras correntes teóricas como o estruturalismo e o marxismo.

Em meados do século XX, uma nova corrente historiográfica se insurge contra a hegemonia desta história política factual, individualista, idealista. Segundo Rémond (1996, p.15), “Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu, e fez-se uma revolução na distribuição do interesse”. Passou-se a privilegiar elementos considerados mais estruturais, como o econômico e o social, fez-se também uma crítica ao Estado, um dos principais lugares onde se organiza a política, considerando que ele representa os interesses da classe dominante, e que ater-se ao seu estudo é deter-se na aparência das coisas. Mas essa mudança de enfoque não continha apenas diferenças epistemológicas. A mudança do quadro político, com o advento da democracia política e social, o surgimento do movimento operário e a difusão do socialismo fizeram com que o olhar do historiador se voltasse para as massas e para a interligação entre os elementos econômicos e sociais. Segundo Rémond (1996, p.21): “A convergência desses diversos fatores explica razoavelmente o descrédito em que a história política foi lançada pela evolução das realidades e a revolução dos espíritos. Tudo levava a crer que ela não tinha mais futuro”.

Realmente, segundo Rémond (1996), há umas duas ou três décadas, uma história política renovada, composta de elementos da totalidade social, retorna à “crista da onda” historiográfica, com o lançamento de várias teses acadêmicas nessa linha, com sua reintrodução no ensino de história e até em programas de concurso para recrutamento de professores. O referido autor argumenta que um fato que contribuiu para a volta da história política foi a ampliação do papel que a política passou a desempenhar na sociedade contemporânea, onde determinados fatos não podiam ser explicados apenas com referência aos dados da economia.

Entretanto, segundo Rémond (1996, p. 26), apenas os fatores exógenos não são suficientes para inversões epistemológicas:

A virada da sorte da história política não se teria efetuado se não tivesse havido também renovação [...]. Na verdade, ela não é mais a mesma história política, e sua transformação é um bom exemplo da maneira como uma disciplina se renova sobre a pressão externa e em função de uma reflexão crítica.
No caso, a renovação foi provocada, suscitada, pela rediscussão dos conceitos clássicos e das práticas tradicionais.

Um dos elementos importantes na renovação da história política foi à interdisciplinaridade, estimulada pelo contato da história política com as ciências sociais e outras disciplinas, como o direito público, a psicologia social, a psicanálise, a lingüística, a matemática, a informática, a cartografia e outras, pois, segundo Rémond

(1996, p. 29), “É impossível para a história política praticar o isolamento: ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como ar de que precisa para respirar”.

Assim, atualmente, a história política renovada trabalha com uma grande massa documental, que ela trata estatisticamente, procura integrar nos seus estudos todos os atores do jogo político, mesmo os mais modestos.

Então, hoje, a história política trabalha com os grandes números, com os fenômenos mais globais, procurando nas profundezas da memória coletiva, ou do inconsciente, as raízes das convicções e as origens do comportamento.

Outro autor que deu uma importante contribuição ao debate sobre a “nova história política” foi Pierre Rosanvallon, ao introduzir a idéia de uma história conceitual do político, defendendo a fusão das preocupações comuns ao historiador das idéias, ao cientista político e o historiador político. A partir dessa amálgama a política deixa de ser uma mera instância ou um domínio entre outros da realidade e passa a ser o lugar onde todas as instâncias sociais se articulam.

Segundo Rosanvallon (1995, p. 16), a história conceitual do político tem como objetivo: “a compreensão da formação e evolução das racionalidades políticas, ou seja, dos sistemas de representações que comandam a maneira pela qual uma época, um país ou grupos sociais conduzem sua ação e encaram seu futuro”.

Até o fim dos anos 70, o presente era quase inexistente nas discussões metodológicas e epistemológicas no estudo da História, que se voltavam essencialmente para o estudo da Nova História, herdeira dos *Annales* de Lucien Febvre e Marc Bloch. Esta ausência do presente se dava principalmente porque a Nova História considerava as estruturas duráveis como mais reais e mais determinantes que os acidentes de conjuntura, os fenômenos de longa duração como mais decisivos do que os movimentos de curto alcance. Assim, erodindo a cadeia factual com o propósito de substituí-la pelo sentido econômico e social do tempo, a Nova História ignorou freqüentemente o contemporâneo e, conseqüentemente, o presente e o imediato. Porém, essa ignorância conheceu notáveis exceções, como os artigos de Pierre Nora, *O retorno do fato*, e o de Jean Lacauture, *A história imediata*, que se constituíram reflexões essenciais sobre o presente.

Apesar de a história do presente vir tentando procurar fincar raízes desde meados do século XX, é só no início dos anos 80 que ela se firma, na trilha da retomada do interesse pelo político e valendo-se do papel de vanguarda desempenhado pelos historiadores do político. De acordo com Chauveau e Tétart

(1999, p. 15 e segs), além do retorno do político, contribuiu para o desabrochar da história do presente, o impacto “de geração”, onde uma série de profissionais, diante do choque dos acontecimentos deste último século sobre os homens, e sua vontade de reagir, isto é, de tentar explicá-los de forma mais ou menos imediata. Ademais, fatores de cada profissão, também foram determinantes. Entre os jornalistas, pode-se destacar, entre outras razões, o papel da decomposição da imprensa nos anos de 1930 e o subsequente desejo de propor, desde 1945, um comentário mais rigoroso do presente, do imediato. Já para os historiadores, trata-se, sobretudo, da germinação de um pressuposto metodológico maior: a história não é somente o estudo do passado, ela também pode ser, com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente; e o fenômeno concomitante de demanda social, uma vez que existe, desde os anos de 1950, uma grande procura por esclarecimentos sobre temas atuais, que vai além dos meios universitários. Isto levou historiadores e jornalistas a produzirem textos, para suprir esta demanda, o que se tornou um grande negócio para a indústria editorial.

Bernstein e Milza (1999, p. 127) afirmam que a história do presente é primeiramente e, antes de tudo, história. Apesar de suas especificidades, ela não difere da história mais remota, tendo em vista seus objetivos, seus métodos e suas fontes.

Trabalhamos com os conceitos de Estado e sociedade civil a partir da teoria ampliada de Estado formulado Gramsci, na qual o Estado em sentido amplo, comporta duas esferas principais: a sociedade política – que Gramsci também chama de Estado em sentido estrito ou de Estado coerção – que é formado pelo conjunto dos mecanismos através dos quais a classe dominante detém o monopólio legal da repressão e da violência, e que se identifica com os aparelhos de coerção sob controle das burocracias executivas e policial-militar e a sociedade civil ou aparelhos privados de hegemonia que são organismos de participação política nos quais se adere voluntariamente e que não se caracteriza pelo uso da repressão e é formada pelo conjunto das organizações responsáveis pela elaboração e/ou difusão das ideologias, compreendendo os sistema escolar, as Igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, a organização material da cultura, como revistas, jornais, editoras, meios de comunicação de massa, etc.

A sociedade política e a sociedade se diferenciam pela função que exercem na organização da vida social, na articulação e reprodução das relações de poder. Ambas em conjunto formam o Estado integral – ditadura mais hegemonia. Neste sentido, ambas servem para conservar ou promover uma determinada base

econômica, de acordo com os interesses de uma classe social fundamental. Mas a forma de encaminhar essa promoção varia nos dois casos: no âmbito e através da sociedade civil, as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para suas posições mediante a direção e o consenso, enquanto que por meio da sociedade política as classes exercem uma dominação mediante a coerção. Elas se distinguem também por uma materialidade social-institucional própria, a sociedade política tem seus portadores materiais nos aparelhos repressivos do Estado, controlados pelas burocracias executiva e policial-militar, enquanto que os portadores materiais da sociedade civil são os aparelhos privados de hegemonia, ou seja, organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face à sociedade política (CARNOY, 1986; COUTINHO, 1989).

De acordo com Mello (2001) no Estado da Paraíba a sociedade civil não reuniu consistência e autonomia para fazer face ao aparelho do Estado. Assim, o referido autor, partindo do reconhecimento desta situação, afirma que na Paraíba, “o processo eleitoral não transita da sociedade para o Estado, mas sim deste para aquele, o que significa posicionar-lhe o aparelho estatal no centro dessa sistemática” (MELLO, 2001, p. 120). Para ele, “a sistemática político-eleitoral paraibana tornou-se mais agente de estadania do que cidadania, no sentido de que seus atores aparecerão mais como expressão da máquina estatal que intérpretes da sociedade” (MELLO, 2001, p. 121).

Porém, mesmo que a supremacia do Estado sobre a sociedade civil seja uma das principais características da estrutura de poder na Paraíba, não significa que esta seja algo amorfa, em todas as fases da história paraibana. Pois, apesar da repressão do aparato estatal, ela manifestou-se e chegou a contestar de forma veemente o sistema, como nos momentos que antecederam o golpe militar de 1964. Neste momento, no âmbito da sociedade civil, se destacaram na luta por transformações sociais no Estado da Paraíba, entre outros, a Associação Paraibana de Imprensa (API), o movimento sindical, o movimento estudantil e, principalmente, o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

No período pós 1964, estes setores da sociedade civil foram literalmente colocados fora de embate, com a repressão que se abateu sobre eles. Mas, a partir de meados da década de 1970, estes movimentos ressurgem, ainda que de forma débil, incentivados pela Igreja Católica, que tinha adotado uma nova postura diante do social, após a realização do Concílio Vaticano II, entre os anos de 1962-65, e a Segunda Conferência dos Bispos da América Latina, em Medellín, na Colômbia, em 1968, que procurou “traduzir” os ensinamentos do referido Concílio para a realidade latino-americana. Na ocasião a Igreja fez a “opção preferencial pelos pobres”.

Na Paraíba, a Igreja, a partir da posse do Arcebispo Dom José Maria Pires, em 1975, passa a ser a grande incentivadora para o ressurgimento dos movimentos sociais, principalmente, o movimento sindical e camponês, que irão se fortalecer, relativamente ao período anterior, a partir da década de 1980. Também voltou à cena, nesta conjuntura de “abertura” o movimento estudantil e surgiu um incipiente movimento feminista de classe média. Além de que, a Ordem dos Advogados do Brasil, seção da Paraíba (OAB-PB), que historicamente sempre teve uma atuação imobilista, e a Associação Paraibana de Imprensa, que anteriormente a 1964, já se destacara por uma postura combativa, procuraram imprimir uma atuação mais progressista, em defesa da restauração do Estado de Direito.

Estes “arroubos” da sociedade civil, não invalidam a tese de que no Estado da Paraíba, ela seja frágil, principalmente, diante de um estado controlado por uma elite tradicional, que hegemoniza a política a partir do uso dos recursos públicos, com práticas clientelísticas e autoritárias.

A candidatura do deputado federal Antônio Mariz, ao governo do Estado da Paraíba em 1978, pela ARENA, foi um desafio ao sistema implantado em 1964, com o golpe político-militar, no Estado, e chegou a ter uma certa repercussão a nível nacional. Esta candidatura foi fruto dos desentendimentos ocorridos a partir do chamado “Acordo de Brasília”. Este acordo celebrava a reconciliação política entre os ex-governadores do Estado, João Agripino e Ernani Sátyro, que estavam rompidos dentro da ARENA desde 1974, e procedia-se uma divisão dos cargos em disputa. Pelo acordo, o então governador Ivan Bichara seria lançado ao senado, pela via direta, Ernani Sátyro seria o senador biônico e o deputado federal Antônio Mariz, o governador. Mas este acordo não foi aceito de forma unânime pelos diversos líderes políticos do Partido. Ele deixou de fora figuras do Partido como os senadores Domício Gondim e Milton Cabral e o deputado federal Wilson Braga. Quanto aos primeiros, alegava-se que não tinham densidade eleitoral. Com relação a Braga, pairava contra ele a acusação de ter-se aliado, juntamente com os deputados federais da Paraíba, Teotônio Neto e Maurício Leite, ao grupo de parlamentares articulador da candidatura do General Silvio Frota à Presidência da República.

O governador Ivan Bichara não aceitou o acordo e começou a trabalhar pela candidatura do senador Milton Cabral para governador do Estado, ao mesmo tempo procurava inviabilizar a candidatura de Mariz. Um relatório tentando relacionar o deputado Antônio Mariz com os políticos cassados pelo regime militar de 1964 foi

enviado para o Presidente da República, João Batista de Figueiredo, pela ARENA da Paraíba. Diz o documento, sobre Mariz:

Fora de dúvida que o deputado federal Antônio Mariz, pelo seu passado de ativista e pela sua formação marxista (foi secretário geral da UNE) não tem condições para ajustar-se aos ideais revolucionário de 1964, como tem demonstrado nas suas manifestações públicas, na sua atuação no Congresso Nacional, nas suas amizades e nos atos praticados nos cargos que chegou a ocupar.

Não obstante ter sido poupado pela revolução, até hoje, tem mantido perfeita coerência com o seu passado, jamais tendo qualquer palavra de apoio ao movimento de 1964 ou simpatia à causa revolucionária (apud MACHADO, 1978, p. 45).

Bichara não conseguiu emplacar a candidatura do senador Milton Cabral para governador, junto aos militares, todavia conseguiu vetar a candidatura do deputado federal Antônio Mariz e indicar o seu Secretário de Educação, Tarcísio de Miranda Burity para o cargo de governador, ficando Milton Cabral com a vaga de candidato a senador biônico. Porém, Mariz não aceitou passivamente a sua preterição como candidato da Arena ao governo do Estado, e, ao retornar a Paraíba, fez um discurso na Praça João Pessoa, para um grande contingente de pessoas, criticando todo o processo de escolha e o próprio regime.

Mariz ao não aceitar a decisão tomada em Brasília decidiu registrar sua candidatura a governador. Tinha-se dessa forma, duas candidaturas ao governo do Estado da Paraíba, dentro da Arena. Assim, referiu-se um repórter da revista **Isto É** sobre a eleição da Paraíba: “a Paraíba está preparada para assistir [...] à mais agitada de todas as convenções arenistas do país, já que uma vitória de Mariz terá o impacto de um pé-de-cabra forçando a porta do sistema. E talvez disparando o alarme do AI-5” (apud MACHADO, 1978, p. 120).

Na convenção, dos 286 convencionais aptos para votar, compareceram e votaram 281. Tarcísio Burity teve 152 votos e Antônio Mariz 124. Três votaram em branco e dois nulos. Para senador biônico, Milton Cabral derrotou o ex-Governador Ernani Sátiro por 162 votos a 111. Cinco votaram em branco e três nulos.

Após sua derrota, para o governo do Estado, Mariz e outros dissidentes da ARENA, apoiaram Humberto Lucena, do MDB, na eleição direta para o Senado, que derrotou o candidato da ARENA, o ex-Governador Ivan Bichara. Assim, segundo Rolim (1979, p. 121):

As causas da derrota da Arena, na Paraíba, não estão enquadradas no cenário geral que caracterizou as vitórias do MDB em São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul ou Minas Gerais. Acham-se aqui mesmo, como decorrência do desfecho da escolha do Governador.

Apesar dos dissidentes da ARENA terem contribuído para a derrota do Partido nas eleições para o senado, Mello (1999) destaca que os membros da mesma não tinham o perfil de contestadores do regime e aderiram à dissidência por questões pessoais e de disputas por espaço na política local. Buscando comprovar esta afirmação, afirma que:

[...] mesmo com a radicalização avançando, esses deputados e os prefeitos que o acompanhavam continuaram, com raras exceções, a freqüentar as Secretarias de Estado do Governo – tanto antes quanto depois do afastamento do Governador Bichara – em busca de benesses, como bolsa de estudos, subvenções, auxílios e até nomeações, no festim de despedida do bicharismo (MELO, 1978, p. 294).

A responsabilidade de imprimir conteúdo programático à dissidência caberá ao deputado Antônio Mariz. Este, além de fazer críticas ao regime no seu discurso em praça pública, ao ter seu nome rejeitado pela ARENA, em outra oportunidade, num discurso na Câmara dos Deputados, teceu críticas mais profundas ao regime militar. Na ocasião, ele atacou a ausência, no processo político nacional, de liberdade e participação, a institucionalização dos senadores biônicos, o abandono do Nordeste, a má distribuição da renda nacional, a função draconiana da lei de greve, os créditos educativos, por os mesmos comprometerem a gratuidade da educação, e concluiu sua intervenção, defendendo uma reforma constitucional que restituísse a democracia, “como expressão da liberdade em todas as suas formas” (MELO, 1978, p. 295).

Além do apoio dos dissidentes da ARENA, outros fatores que contribuíram para a vitória do MDB, na eleição para o Senado na Paraíba, foram: o recurso da sub-legenda e a estrutura partidária do MDB, pois a Paraíba era um dos poucos estados do Nordeste onde o MDB detinha um significativo número de prefeituras e diretórios municipais na maioria das cidades (ROLIM, 1979, 121). O autor citado conclui sua análise das eleições de 1978, na Paraíba, único estado do Nordeste onde a oposição fez um senador, da seguinte forma: “... o que se infere é que a única vitória da oposição nesta parte do Brasil foi alcançada de braços cruzados. O esforço maior - e decisivo – ocorre nos arraiais arenistas” (ROLIM, 1979, 121).

Quanto às eleições para a Câmara Federal e a Assembléia Legislativa, a ARENA e o MDB mantiveram o mesmo número de cadeiras, houve apenas algumas

mudanças de nomes, sem nenhuma significação do ponto de vista político e ideológico.

Contudo, se as eleições de 1978, quanto à estrutura de poder local, não apontaram para uma real transformação, em relação à estrutura político-partidária, representaram um esgotamento do regime político militar, instituído com o Golpe de 1964. Pois:

De um lado, a cisão no interior da ARENA é um indicativo de que as forças políticas, mesmo aquelas vinculadas ao bloco de poder, já não podiam permanecer presas a um espaço político restrito e limitado. Suas divergências internas já extrapolavam os limites da convivência no interior de uma mesma legenda e exigiam a abertura de novos espaços de atuação política. Por outro lado, a maciça presença popular que acompanhou a campanha de Mariz, dando a essa eleição ares de disputa democrática pelo voto do povo, também é ilustrativa da impossibilidade de ainda manter-se a população afastada da vida política nacional (CITTADINO, 1999, p. 127).

No campo social, neste período de “abertura política”, há retorno de alguns movimentos, principalmente de conflitos pela terra. Entre os principais, estão os das fazendas de Alagamar, Retirada, Mucatú, Coqueirinho, Cachorrinho, Mumbaba e Camucim, e um incipiente movimento sindical combativo, influenciado pelos acontecimentos do ABC e pelo trabalho de base da Igreja Católica.

O Estado da Paraíba, como outros estados brasileiros, sofreu um processo concentracionista da terra, que se deu de forma brutal e violenta, com a expulsão de suas terras dos pequenos proprietários e arrendatários. Este processo foi garantido com o golpe militar de 1964, com a desmobilização dos trabalhadores rurais e camponeses após o massacre das Ligas Camponesas. É dentro deste processo acelerado de concentração de terra e do processo de distensão política do regime militar que se dá a luta dos camponeses por sua permanência na terra.

Os camponeses da Grande Alagamar (Salomão, Urna, Mombuca, Saco, Serra de São José, Sapocaia, Cavalão Morto, Furna dos Caboclos, Teju, Piacas, Maria de Mulo, Caipora) ocupavam esta terra há mais de 40 anos como arrendatários, e gozavam de uma certa “liberdade”. Segundo o Arcebispo da Paraíba, na época, Dom José Maria Pires.

Enquanto vivia, o Senhor Arnaldo Maroja dava liberdade aos moradores de cultivarem a terra plantando lavouras de subsistência e criando alguns animais. O proprietário contentava-se com o ‘foro’ que lhe era pago em dia [...].

Até a morte do Senhor Maroja, essas famílias tinham uma situação calma e tranqüila, visto que podiam trabalhar, produzir e morar na Fazenda de Alagamar sem sofrer pressão. Eram respeitados seus direitos. Agora a coisa mudou. Toda aquela tranqüilidade ruiu ante a radical mudança do sistema (apud ROLIM, 1979, p. 43)

Com a morte do antigo latifundiário as terras passaram para os herdeiros que venderam a usineiros pernambucanos, que passaram a tentar explorá-la segundo uma nova lógica do capital. Isto transformaria os arrendatários em trabalhadores assalariados, com sua resistência iniciou-se o conflito. Os trabalhadores tiveram total apoio da igreja através do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, onde o advogado deste órgão, Wanderley Caixe - futuro candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT - foi peça fundamental no desenrolar do conflito, os trabalhadores também procuraram o apoio do sindicato da categoria, FETAG, CONTAG, que se incorporaram à luta, dentro de suas condições.

O ano de 1977 foi todo de grande tensão, inclusive com alguns enfrentamentos diretos entre jagunços e trabalhadores. Já em 1978, a luta teve outro encaminhamento, com a tentativa de mobilizar a opinião pública no sentido de pressionar os organismos estatais, tanto a nível federal como estadual para resolver o problema, mas nada de concreto foi obtido.

Segundo Rolim (1979), em outubro de 1978, um agrupamento de camponeses veio até João Pessoa com o intuito de relatar ao Governador do Estado, fatos violentos ocorridos naquela zona, pedir proteção policial e insistir na tese da desapropriação. Segundo o referido autor, o governo do Estado tomou algumas providências, sem, no entanto, melhorar muito a situação, já que a resolução do problema dependia do Governo Federal. Quanto aos proprietários, havia uma certa preocupação, devido, sobretudo, ao receio de que uma decisão favorável aos camponeses viesse a funcionar como estímulo a reivindicações semelhantes em outras partes do Estado, onde já existiam sinais de crise. Além disso, acusavam os setores da Igreja, entre eles, o Arcebispo Dom José Maria Pires, de serem coniventes e estimuladores da subversão. Como se pode observar nesse depoimento de Carlos Pessoa, Presidente da Federação da Agricultura do Estado da Paraíba, na CPI da Assembléia Legislativa da Paraíba.

Minha denúncia é de que se o problema hoje está existindo aqui nessas propriedades, esses problemas têm sido criados por elementos comprometidos com a situação reinante no País; elementos que já estiveram envolvidos em atos de agitação, pelos quais foram condenados, que é o caso, entre outros, do advogado Wanderley Caixe. A situação existente, esse clima de desentendimento que nós estamos observando nessas

propriedades têm sido urdidos, arditamente, por estes cidadãos (apud ROLIM, 1979, p. 44)

Na mesma linha de argumentação foi o depoimento na referida CPI de Waldomiro Coutinho, proprietário na zona conflituosa:

Existe uma liderança fora da liderança sindical dos trabalhadores rurais, comandada pela Igreja na nossa terra e que o povo paraibano hoje já sabe, porque as palavras são públicas, são em recinto aberto e não tem nada escondido. É uma pregação totalmente contrária ao regime do País. O direito de propriedade, existiu, existe, e eles entendem de tirar esse direito que é garantido para nós proprietários (apud ROLIM, 1979, p. 45).

Segundo Rolim (1979), este era o quadro quando da visita do Presidente da República, Ernesto Geisel a Paraíba, no dia 7 de novembro de 1978, com o intuito de ajudar seus candidatos na eleição que se aproximava. Enquanto ele se reunia com lideranças arenistas no Palácio da Redenção, um grupo de camponeses se colocou em frente ao Palácio, na esperança de falar com o presidente e entregar-lhe um documento reivindicatório. Não foram recebidos por Geisel, mas este observando a movimentação, foi informado do fato pelo Governador Dorgival Terceiro Neto, e recomendou que o Memorial fosse recebido por um membro de seus auxiliares. Garantiu, ainda, que examinaria o assunto logo que chegasse a Brasília. Assim, às vésperas das eleições de 1978, Geisel assinou o Decreto nº 82.614, desapropriando 2.000 hectares de terras nas Fazendas Alagamar e Piacas, tentando como isso angariar votos para a ARENA, que estava bastante desgastada a nível nacional. Tanto que, o governador Dorgival Terceiro Neto mandou divulgar a notícia de desapropriação, acompanhado de histórico de sua participação no caso, em continuidade às negociações processadas, por Ivan Bichara Sobreira, antes de sair do Governo para pleitear mandato de Senador, pela via direta.

Em 1979 novos fatos foram incorporados: a desapropriação decretada por Geisel não aconteceu de fato. Foi descoberta uma jazida de calcário na área, que veio valorizá-la, além disso, as medidas do governo Burity, instalando um Posto Policial na área, com a intenção de “pacificar” Alagamar só fizeram prejudicar os trabalhadores. Segundo matéria do Jornal “O Norte”.

os trabalhadores rurais da fazenda Alagamar, na zona do Brejo Paraibano, disseram ontem que o clima é de intranquilidade na região em face da atitude suspeita dos policiais colocados na região pela Secretaria de Segurança para manter a ordem, os quais são vistos freqüentemente em conversas prolongadas com os chamados ‘pistoleiros’ a serviço dos proprietários (apud GONÇALVES, p. 63)

Também foi conseguido neste ano um maior apoio da população urbana, através do Comitê de Apoio aos Agricultores de Alagamar, composto por representantes do MDB-Jovem de Campina Grande, Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores, Associação dos Docentes da UFPB-JP, Diretório Central dos Estudantes, Igreja, Movimentos de Bairros, Pastoral Operária, Secundaristas, Associação do Magistério Público do Estado da Paraíba e algumas pessoas individualmente que elaboraram manifestações de apoio e alguns documentos sobre o problema de Alagamar. O Presidente da República, João Batista Figueiredo assinou no dia 31.10.79 um novo decreto de desapropriação, que invalidava o anterior assinado por seu antecessor.

Conflitos por terra também aconteceram em vários outros municípios neste período analisado. O município de Alagoa Grande, localizado na microregião do Brejo paraibano, teve registrado 12 propriedades em conflito. Em nove delas, o processo de desapropriação do Incra foi arquivado, conflito não solucionado ou sem informação obtida na pesquisa da autora. Nas três fazendas restantes, os imóveis foram desapropriados e transformados em área de assentamento rural. Dentre as áreas desapropriadas é interessante citar o engenho Mares, localizado em Alagoa Grande, 1.141,4 hectares. O conflito teve início em 1981, após a morte do antigo proprietário e efetivação da venda sem o conhecimento dos arrendatários e moradores que ali trabalhavam. Ao adquirir o imóvel, o novo dono, Sr. José de Melo, ex- prefeito de Alagoa Grande, aumentou o preço do foro, proibiu os moradores de criarem animais de grande porte e limitou o cultivo das roças. José de Melo vendeu novamente a propriedade e o novo dono a revendeu para a Empresa Tema Engenharia/LTDA. Em 1984, os trabalhadores tomaram conhecimento de que a terra havia sido adquirida pela FUNDAP (Fundação de Colonização e Desenvolvimento Agrário do estado da Paraíba). Sindicalistas e a direção do citado órgão da terra fizeram um acordo em 1986, no ano seguinte o assentamento definitivo de 45 famílias foi realizado. Os lotes provisórios foram distribuídos em 1988.

O município de Alagoa Nova, localizado no Brejo, registrou sete propriedades em conflito. Quatro delas estavam sem informações para solução do conflito e com processos no Incra arquivados até últimos documentos pesquisados, três delas foram desapropriadas. Dentre as causas que deram início ao conflito nessas fazendas, destaca-se a tentativa, por parte do dono, de suspensão dos contratos de arrendamento, tentativa de expulsão dos trabalhadores para efetuar a venda do imóvel e em alguns casos pode-se acrescentar a morosidade dos órgãos de terra (INCRA e INTERPA) na efetuação da compra ou desapropriação dos imóveis.

No município de Areia foram verificadas cinco áreas em conflito. Em quatro delas não existem informações posteriores e em apenas uma o processo continua em tramitação no INCRA. Na fazenda Lava-Pés com 51,1 hectares, mediante aquisição do novo dono, em 1986, foi exigido a desocupação da terra e suspensão dos contratos de arrendamento. Os rendeiros foram surpreendidos com a proibição de plantarem na fazenda e com a proposta de venderem suas lavouras para o novo proprietário, se não quisessem perder tudo. No lugar dos alimentos cultivados pelos rendeiros, o proprietário propunha plantar capim e cana. Os agricultores enviaram carta-denúncia ao INCRA e a FUNDAP narrando as ameaças sofridas por eles, por parte do proprietário e seus capangas armados. Nesse documento também foi denunciado o delegado do município que, em comum acordo com o proprietário, recusou-se a registrar as queixas dos agricultores e chamou o proprietário à delegacia, que juntamente com seus capangas, desferiram agressões e insultos aos trabalhadores. Segundo a documentação do INCRA, o conflito permanecia sem solução até abril de 1993.

O município de Alagoinha registrou sete áreas em litígio, cinco delas sem solução ou com processos de desapropriação arquivados no INCRA. Nas restantes foi efetuada a desapropriação. A fazenda Cajá, com 293 hectares, localizada neste município, foi palco de um litígio iniciado em 1985, envolvendo trinta e cinco famílias, entre arrendatários e moradores. O conflito teve início a partir da decisão dos moradores de lutar contra o pagamento do cambão e da conga, levando o proprietário a tomar medidas no sentido de expulsão. Até 1984, os trabalhadores davam um dia de trabalho gratuito (cambão) em troca do direito de morar no sítio e contribuía com 20% da produção de farinha (conga) pela utilização da casa de farinha do proprietário. Consta nos documentos consultados, que o imóvel Cajá foi desapropriado em 1985.

Em Pilões, localizado no Brejo paraibano, foi verificado três áreas em conflito, em duas a pesquisa não obteve informações posteriores. Em um imóvel consta que o processo de desapropriação foi arquivado. No Engenho Várzea, o litígio teve início em 1983 quando vinte trabalhadores rurais reivindicaram pagamento do salário mínimo e outros direitos trabalhistas, tendo, por conta disso, suas lavouras destruídas. Área de conflito não solucionado até abril de 1993.

No município de Araruna foram registrados cinco latifúndios em conflito, em quatro deles foi solucionado através de acordo e venda do imóvel ou desapropriação pelo INCRA. Em apenas um o processo foi arquivado. Dentre as fazendas em conflito nessa região, podemos citar a fazenda Baixio do Riachão, esta continha quarenta e

nove famílias que trabalhavam com contrato verbal de arrendamento, em alguns casos há mais de cinquenta anos. A exploração do solo era praticada através da agricultura de subsistência, os rendeiros possuíam fruteiras, criavam vacas e novilhas em regime de parceria. O principal problema do imóvel era a ausência de recursos hídricos. Frente a esse problema, os moradores e rendeiros solucionaram com a criação de um barreiro. O conflito teve início com a venda da propriedade a terceiros e o encaminhamento de uma ação de interdito proibitório na justiça contra a construção do barreiro e criação de animais pelos arrendatários. O cumprimento da ação judicial se deu de forma violenta, trinta policiais foram prender os construtores do barreiro e os agricultores foram espancados publicamente. Os proprietários recusaram-se a receber o dinheiro do foro e soltaram o gado nas glebas dos agricultores, destruindo suas plantações de algodão. Reuniões foram realizadas entre o Strs (sindicato dos trabalhadores rurais), INCRA, FETAG, arrendatários e latifundiários mas não chegaram a acordo. O INCRA efetuou, então, um laudo técnico e deu parecer favorável a desapropriação. De dezembro de 1985 até março de 1986 foi travada uma batalha para pressionar o INCRA pela imissão da posse da terra. Os trabalhadores rurais do Baixo do Riachão junto com outros agricultores que se solidarizaram e tomaram parte na luta, ocuparam a sede do INCRA em João Pessoa. A imissão de posse foi dada em 19 de março de 1986. O projeto de assentamento encontrava-se em fase de consolidação em 1997, segundo as pesquisas.

Quanto à questão sindical, quando, no final da década de 1970, começaram a surgir as primeiras oposições sindicais em João Pessoa, todos os sindicatos/associações da cidade se caracterizavam por práticas assistencialistas e pouco mobilizadoras da categoria - com exceção da ADUF/JP, fundada em outubro de 1978 e que já nasceu dentro do campo do sindicalismo combativo - como podemos constatar nesta entrevista de Edvan Silva dirigente sindical, representante da corrente dos "combativos", a Secretaria de Formação da CUT/PB: "...então no geral, a maioria dos sindicatos aqui eram tudo ligado ao movimento de direita [...] justamente tudo ligado e a trabalho" (apud NUNES, p. 295).

Na conjuntura de 1979, começam a surgir de forma mais concreta as oposições sindicais, que irão combater este sindicalismo. O trabalho de base iniciou-se desde 1975, por iniciativa de militantes da Igreja Católica, e intensificou-se com a criação da Pastoral Operária, no ano seguinte. As primeiras entidades onde as oposições ligadas ao "novo sindicalismo" ganharam as direções, foram a AMPEP e do Sindicato dos Têxteis.

Na Paraíba, apenas estas duas organizações sindicais urbanas participaram do processo de criação do PT no Estado da Paraíba, no ano de 1980, e, posteriormente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em julho de 1984, além de alguns sindicatos de trabalhadores rurais e membros de oposições sindicais. O Congresso de Fundação da CUT/Pb foi realizado no Centro de Vivência da Universidade Federal da Paraíba, com a participação de 123 delegados, representando entidades urbanas e rurais.

A Igreja Católica vai ter uma participação importante nestes movimentos, tanto nos conflitos rurais como na organização das oposições sindicais. Ela atua através de vários organismos criados com esta finalidade, como o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese, que foi um dos primeiros do gênero no país, coordenado pelo militante político ligado à luta de resistência ao regime militar, o advogado Wanderley Caixe, que posteriormente, em 1985, vai ser candidato a prefeito de João Pessoa pelo PT. E através de organismos de base que objetivavam a reorganização dos movimentos populares, tais como: Ação Católica Rural (ACR), Movimento de Evangelização Rural (MER), no campo; e Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, Comunidades Eclesiais de Base, Ação Católica Operária, etc., na zona urbana. A Pastoral Operária foi a principal responsável pela organização das primeiras comemorações do 1º de maio em João Pessoa, durante o regime militar. Inicialmente, de 1976 a 1978, tais comemorações se faziam em ambientes fechados e contando, sobretudo, com participantes dos grupos de trabalhadores organizados pela referida Pastoral em alguns bairros da cidade. A partir de 1979, a Pastoral Operária se articula com oposições, sindicatos mais combativos e movimentos populares para fazer comemorações públicas.

Mas outras entidades, sem vínculo com a Igreja, também se farão presentes na luta pela reorganização dos movimentos sindical e popular, nesta conjuntura de transição do regime militar. Na área universitária, foram sendo reorganizadas as entidades estudantis, o que culminou com a recriação da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1979, em Salvador. Na Paraíba as comemorações dos 10 anos da morte do estudante Edson Luis consistiram num impulso importante. No setor docente, foi criada em 1978 a Associação Docente.

Também surgirá neste período o Movimento Feminista pela Anistia (MFA) da Paraíba, como parte de uma articulação nacional em defesa dos presos e exilados políticos. O referido Movimento, juntamente com a seção paraibana do jornal **O Trabalho**, se destacará pela luta de libertação dos presos de Itamaracá, onde se

encontravam alguns paraibanos. Em seguida, esse papel será desempenhado pelo Comitê Brasileiro de Anistia, que será criado na Paraíba no início de 1979. Ainda em 1979, na esfera da luta pelos direitos da mulher, foi criado o Centro da Mulher de João Pessoa, que, em 1980 passa a se chamar Grupo Feminista Maria Mulher.

A primeira manifestação política pública, do campo da esquerda, no Estado da Paraíba foi uma procissão organizada com o apoio da Arquidiocese da Paraíba, em 1978, pela libertação do preso político Cajá, que contou inclusive com a participação do Arcebispo Dom José Maria Pires.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.

BERNSTEIN, Serge.; MILZA, Pierre. Conclusão. In: CHAUVEAU, Agnès.; TÉTART, Philippe (Orgs) **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 127-130.

CANTALICE, Dulce Maria Barbosa. **Capital, Estado e Conflito** - Questionando Alagamar. João Pessoa: Fiplan, 1985.

CARNOY, Martim. **Estado e Teoria Política**. Campinas-SP: Papyrus, 1986.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. In: **Dados**. V. 40 N. 2. Rio de Janeiro: 1997, p. 229-250.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci**: Um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

CHAUVEAU, Agnès.; TÉTARD, Philippe. Questões Para a História do Presente. In: CHAUVEAU, A.; TÉTARD, P. **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 7-37.

FALCON, Francisco. História e Poder. In CARDOSO, FLAMARION, Ciro.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

GONÇALVES, Maria Cândida Rodrigues. O Capitalismo Selvagem e o Conflito da Grande Alagamar, Cadernos de Estudos Regionais: Conflito Social no Campo, João Pessoa, UFPB/NDIHR, 1981.

JULLIARD, Jacques. A Política. In: Jacques Le Goff e Pierre Nora. **História: Novas Abordagens**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995, p. 180-196.

MACHADO, Jório. **Resistência ao Medo**. (História de Uma Eleição Indireta Para Governador). João Pessoa: O Momento, 1978.

MELO, José Octávio de Arruda. **O Problema do Estado na Paraíba: Da Formação à Crise**. (1930-1996). Campina Grande: EDUEP, 2000.

MELO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste**. O Caso da Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Universitária/UFPB, 2001.

NUNES, Paulo Giovani Antonino. O surgimento de uma nova força social: o sindicalismo cutista. In: **Saeculum**: Revista de História. N. 4/5, dez./jan. 1998/99, João Pessoa: Universitária, 2000.

RÉMOND, René. Uma história presente. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma História Política**, Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996a, p. 13-36.

RIOUX, Jean – Pierre. Pode-se Fazer uma História do Presente?. In: CHAUVEAU, Agnes.; TÉTARD, Philippe. **Questões Para a História do Presente**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 35-50.

ROLIM, Francisco Sales Cartaxo. **Política nos Currais**. João Pessoa: Acauã, 1979.

ROSANVALLON, Pierre. Por Uma História Conceitual do Político. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Contexto, vol 15, N. 30, 1995, p. 27-52.

STEPAN, Afred. (Org.) **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.